

COMENTÁRIOS ÀS MINUTAS DE PORTARIAS ANP DE REGULAMENTAÇÃO DO LIVRE ACESSO, CESSÃO DE CAPACIDADE E CRITÉRIOS TARIFÁRIOS.

A entrada de novos agentes no mercado de petróleo e gás no Brasil ocorreu na condição de “abertura do mercado” com uma modelagem que previa (i) concorrência no suprimento de gás (leilões de áreas para a prospecção, liberdade para importação de gás); (ii) utilização das infra-estruturas de transporte de gás (Portaria ANP nº 169/98 que “facultava o uso por terceiros, mediante remuneração adequada ao titular, das instalações de transporte, existentes ou a serem construídas, destinadas ao transporte de gás natural”). O sucesso dos leilões da ANP e o também sucesso dos processos de privatização da distribuição de gás canalizado nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo são exemplos a serem considerados. A restrição imposta no livre acesso aos gasodutos de transporte, conforme as novas Portarias propostas pela ANP, representa uma mudança de regras.

A Gas Brasileiro, na condição de adquirente do direito de exploração da distribuição de gás canalizado na Região Noroeste do Estado de São Paulo, através de licitação pública, manifesta-se de forma contrária às minutas de Portaria no que diz respeito às restrições ao livre acesso às Instalações de Transporte por entender que contrariam os princípios da abertura de mercado.

1. Sobre o disposto no artigo 4º da Portaria de Regulamentação do Livre Acesso**a) Restrição no atendimento a “mercados emergentes”**

A minuta da Portaria do Livre Acesso estabelece o conceito de “mercado emergente”, restringindo, conforme disposto no artigo 4º, a possibilidade de acesso não discriminatório às instalações de transporte existentes e futuras para atendimento a esses mercados.

A restrição imposta contraria o princípio básico de que infra-estruturas são meios para o exercício das atividades reguladas, devendo o seu uso ser otimizado e possibilitar a livre concorrência da oferta de gás ao mercado. Cumpre ressaltar que na cadeia do gás natural, o monopólio (da União) é reservado à atividade de transporte por dutos, sendo os gasodutos os meios que possibilitam exercício da atividade.

A restrição contraria, também e de forma explícita, os princípios da Lei nº 9.478/97 (Lei que dispõe sobre a política energética nacional e regulamenta as atividades que se constituem monopólio da União no setor de petróleo e gás), em particular o seu artigo 58¹, que faculta a qualquer interessado o uso dos dutos de transporte, existentes ou a serem construídos, mediante remuneração adequada ao titular das instalações. O papel da ANP, inclusive fica explicitado na condição de guardiã dessa faculdade e na defesa da livre concorrência, conforme disposto no parágrafo 2º desse artigo 58, que estabelece que ficará como incumbência desse Órgão o papel de “fixar o valor e a forma de pagamento da

remuneração adequada, caso não haja acordo entre as partes, cabendo-lhe também verificar se o valor acordado é compatível com o mercado”.

A restrição imposta, além dos aspectos legais referidos, leva a implicações de caráter comercial na relação das Distribuidoras com o mercado. A Gas Brasiliano, empresa concessionária da distribuição de gás canalizado na Região Noroeste do Estado do Estado de São Paulo, tem o seu suprimento de gás natural atualmente atendido pelo Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL), cujo traçado corta a área de concessão praticamente de um extremo a outro. Conforme disposto na minuta da Portaria, a Gas Brasiliano fica enquadrada nesse mercado e, como consequência, não poderá adquirir gás de qualquer outro interessado que necessite do GASOL para efetuar esse atendimento. Situação semelhante é da Concessionária que atende a região sul do Estado (Gas Natural SPS) enquanto que a Concessionária que atende a região leste (Comgás) estaria, em princípio fora deste enquadramento. Isto resulta que no Estado de São Paulo, das três Concessionárias de Distribuição, duas estariam enquadradas no conceito de “mercados emergentes”. Atualmente já existe situação de preços diferenciados entre gás de produção nacional e gás importado boliviano, o que tem gerado problemas para as Concessionárias que dispõem somente de gás importado, de preço maior que o gás de produção nacional (o gás de produção nacional chegou no final do ano de 2002 a custar pouco mais que a metade do preço do gás importado).

Dessa forma, a restrição imposta no livre acesso para atendimento às Concessionárias que atuam nos mercados emergentes poderá resultar em situações de mais problemas na relação como o mercado na medida em que a “Concessionária não emergente” poderá dispor de outros contratos de suprimento mais favorecidos àqueles das “emergentes” e que foram firmados com a Petrobras.

Ressalte-se que em se mantendo situação de “reserva de mercado” que está sendo imposta para o Transporte de Gás à “áreas emergentes”, haveria a necessidade de estabelecimento, por parte da ANP, da competente “tarifa de transporte” uma vez deixaria de prevalecer a ótica da possibilidade da concorrência (aliás esta deveria ser a prática enquanto prevalecer “monopólios de fato”).

b) Restrição na conexão a Novas Instalações de Transporte

Pela redação dada ao artigo 4º², ficam, smj, caracterizadas duas restrições, a saber: (i) restrição na conexão a Novas Instalações de Transporte (ou seja, conexão de instalações existentes com Novas Instalações de Transporte) e (ii) não obrigação de livre acesso no caso Novas Instalações de Transporte, que tem, conforme artigo 2º da Portaria como definição: *“Instalação de Transporte com Autorização de Operação (AO) expedida a menos de 4 (quatro) anos, ao longo de toda a sua extensão, conforme projeto aprovado, que não interligue Pontos de Recepção de Entrega já conectados por dutos existentes”*

Da maneira análoga ao comentário do subitem anterior, a restrição imposta no caso de Novas Instalações de Transporte, além dos aspectos legais envolvidos,

leva a implicações de caráter logístico no abastecimento de regiões. Caso venham a ter sucesso as prospecções de empresas que adquiriram áreas nos leilões da ANP, não será possível a comercialização do gás descoberto na venda a Concessionárias que estejam na condição de “mercado emergente” e que estejam sendo abastecidas por gasodutos existentes, restando, no caso, a alternativa de construção de novo gasoduto para comercializar o gás descoberto, o que contraria o princípio até então estabelecido de uso compartilhado das instalações existentes. Este é o caso, por exemplo, da situação Agip Oil e Gas Brasileiro.

Se a interpretação da restrição indicada na alínea “ii” acima for correta (não obrigação de livre acesso no caso Novas Instalações de Transporte) a questão que surge é por quanto tempo prevalecerá a restrição, ou seja, por quanto tempo uma Instalação de Transporte será considerada como “Nova Instalação de Transporte).

2. Sobre o disposto no artigo 5º da Portaria de Regulamentação do Livre Acesso

A nova conceituação para transporte interruptível considera como obrigação do Transportador em aceitar pedidos somente se o gasoduto estiver operando, na média diária dos 6 meses anteriores a mais de 70% de sua Capacidade Máxima de Transporte.

A restrição imposta inibe a utilização plena das instalações de transporte, significando, portanto, um ônus a mais ao mercado que terá que pagar por instalações ociosas.

Gas Brasileiro
18.11.03

☞ ¹ **Artigo 58** – *Facultar-se-á a qualquer interessado o uso dos dutos de transporte e terminais existentes ou a serem construídos, mediante remuneração adequada ao titular das instalações.*

§ 1º A ANP fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração adequada, caso não haja acordo entre as partes, cabendo-lhe também verificar se o valor acordado é compatível com o mercado.

§ 2º A ANP regulará a preferência a ser atribuída ao proprietário das instalações para a movimentação de seus próprios produtos, com o objetivo de promover a máxima utilização na capacidade de transporte pelos meios disponíveis.

☞ ² **Artigo 4º** O Transportador permitirá o acesso não discriminatório de Interessados às suas Instalações de Transporte, assim como a conexão de suas instalações com outras Instalações de Transporte, exceto nos casos em que a solicitação do serviço:

I. refira-se a Novas Instalações de Transporte; ou
II. destine-se ao transporte de gás natural para Mercados Emergentes